



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO, REALIZADA NO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2018 -

Aos vinte e três do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, pelas dezoito horas, reuniu-se no Edifício da Assembleia Municipal de Mondim de Basto o órgão deliberativo deste Município. -----

PRESENCAS: -----

Faltaram a presente sessão os deputados municipais Armindo Cunha Marques e Armindo Marinho Henrique, tendo apresentado a devida justificação, pelo que a Mesa deliberou justificar estas faltas. -----

O deputado municipal José Francisco Teixeira Lopes, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Maria Jacinta Carvalho Gomes. -----

A deputada municipal Maria João Loureiro Ribeiro, impossibilitada de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Artur Jorge Silva Miguel. -----

O deputado municipal Armindo Cunha Marques, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Fernando Avelino Oliveira Silva. -----

O deputado municipal José Marcelino Gonçalves Silva, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Joaquim Agostinho Mota Pereira. -----

Encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos do art.º 48º da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 janeiro, se impunha a obrigatoriedade ou dever de presença. -----

ABERTURA DA REUNIÃO -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Pelas dezoito horas, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a presente reunião, dando início à ordem de trabalhos. -----

Face à ausência do Primeiro Secretário da Mesa, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal designou, interinamente, e para esta reunião, a senhora deputada Maria Fernanda Lemos da Cunha, Segunda Secretária da Mesa, para desempenhar as funções de Primeira Secretária da Mesa da Assembleia e a senhora deputada Joana Assunção Faria da Cunha Alegre para desempenhar as funções de Segunda Secretária da Mesa da Assembleia. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Valentim Carvalho Macedo, usou da palavra para pedir aos senhores deputados municipais uma alteração à ordem de trabalhos, alteração que não tem grandes inconvenientes tratando-se apenas da apresentação da Declaração de Compromissos Plurianuais e da Declaração de Pagamentos e Recebimentos em atraso, que por lapso não foi colocada na agenda. Referiu que a mesma seria entregue aos senhores deputados municipais para decidirem a inclusão ou não no ponto da ordem de trabalhos. Decorridos alguns minutos após a distribuição dos documentos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a inclusão deste novo ponto na ordem de trabalhos que foi aprovada por unanimidade, passando este assunto para o ponto 2.15 e a Intervenção do Público para o ponto 2.16. -----

O deputado municipal Fernando Avelino Oliveira Silva usou da palavra para dizer que gostaria de realçar três factos nesta sua intervenção. Em primeiro lugar, num concelho carente, desertificado, com a maioria dos jovens sem expectativas e a emigrar, esperava-se que o regime dos precários viesse resolver algumas questões que a legislação vigente impedia. Infelizmente, porque Mondim se timbra pelo afastamento da lei, tem uma Cooperativa Mondim Mais Social de faz de conta para contratar os recursos humanos que deveriam ser contratados, de acordo com a Lei, pela Câmara Municipal. Considera que, infelizmente, o senhor Presidente da Câmara e a senhora Vice-Presidente foram visionários quando, em 2007, referiram que não havia necessidade de ser criada aquela Cooperativa e por isso mesmo votaram contra a sua constituição. Infelizmente passou o tempo e temos a Cooperativa a fazer exatamente o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

mesmo que não queriam que se fizesse. Estas são as contradições a que assistimos, faltando coerência e consequência. No entanto, não pode deixar passar e sublinhar que todos os contratados pelas AEG's desta Cooperativa poderiam beneficiar de um regime excepcional para definitivamente poderem resolver o seu futuro laboral. Não obstante, fruto do uso e abuso, estes contratados não podem em Mondim de Basto obter tal benefício. Esta será, para estes funcionários, a tremenda injustiça que deixará bem marcada na memória a governação municipal do atual executivo socialista. Outro assunto que gostaria de deixar vincado, e que todos nós nos apercebemos, aconteceu no passado dia 7 de fevereiro e todos viram na SIC aquilo que, há muito, o CDS-PP vinha a mostrar na Assembleia Municipal. Portanto, o que Portugal viu e muito nos envergonhou, não é novidade para nenhum de nós. O que é novidade é o anúncio do senhor Presidente de Câmara de que, mesmo correndo a Câmara Municipal o risco de devolver mais de dois milhões de Euros, não pretende pôr em funcionamento uma obra que abandonou. Referiu que o CDS-PP queria desde já deixar bem claro que, se algum dia o município tiver de devolver um cêntimo que seja do financiamento daquela obra, exigirá todas as responsabilidades do executivo socialista por atos de gestão danosa que nos últimos oito anos praticaram sobre o maior investimento público da história de Mondim de Basto. E terminou dando os parabéns ao senhor Presidente da Câmara a propósito da escola de Cavernelhe e dizendo que foram necessários sete anos de luta do CDS para que o senhor Presidente defendesse o património dos mondinenses e a escola fosse devolvida à população de Cavernelhe onde aprenderam e que certamente tem um significado especial. Não obstante esta devolução, considera que este Presidente ainda terá muitas explicações a dar sobre os privilégios concedidos à clientela socialista sobre aquela escola. -----

O deputado municipal Bruno Miguel de Moura Ferreira usou da palavra para dizer que aproveitava esta intervenção para abordar três assuntos. O primeiro prende-se com a prevenção florestal. Como todos sabem, o ano de 2017 foi fatalmente considerado como um ano de grande catástrofe devido aos grandes incêndios e portanto acresce ainda a responsabilidade dos proprietários para que tenham a obrigatoriedade de fazer a limpeza nos seus terrenos. Todas as freguesias do concelho de Mondim de Basto estão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

definidas pelo Governo no âmbito da estratégia de prevenção como sendo de primeira prioridade na limpeza dos terrenos. Quer isto dizer que a limpeza terá que estar concluída até dia 15 de março. Inclusive esta obrigação foi também acompanhada por uma Lei que foi entretanto aprovada e que vem de alguma forma reforçar a importância para que esta limpeza seja efetuada. E parafraseando o senhor Primeiro-Ministro que diz que “os incêndios de verão se apagam no inverno”, perguntou ao senhor Presidente da Câmara que ações é que o município tem desenvolvido no sentido de apoiar os cidadãos a efetuar e a cumprir o prazo estabelecido. Ao mesmo tempo, e atendendo que não veio à discussão a esta Assembleia o regulamento para a limpeza de terrenos em solo urbano do concelho de Mondim de Basto, e que caso não seja agendada uma Assembleia extraordinária para o efeito, o que irá acontecer é que este regulamento seja aprovado após o prazo estabelecido para que as limpezas sejam concluídas e portanto aproveitou para perguntar ao senhor Presidente se este regulamento não deveria ter sido aprovado com mais antecedência e qual a responsabilidade do município no atraso da sua implementação além do período estipulado para a conclusão da limpeza. O segundo assunto tem a ver com o loteamento do Pinhal da Telha. Em vésperas de eleições autárquicas foi anunciada a criação do loteamento do Pinhal da Telha, com trinta lotes destinados a habitação unifamiliar. Após meio ano ainda não se vislumbra, pelo menos que seja público, qualquer avanço para a concretização do loteamento e portanto questionou o senhor Presidente sobre qual o ponto da situação e o que é que está em falta para o arranque do loteamento. Por fim, mas não menos importante, e seria inevitável abordar-se esta questão, até pelo impacto mediático que teve relativamente ao nosso concelho, referiu-se ao passado dia 7 de fevereiro e à reportagem da SIC sobre a estação de tratamento de água do concelho de Mondim de Basto, não sendo este um assunto novo, há no entanto um conjunto de declarações que foram gravadas e divulgadas que vêm trazer alguma novidade ao processo. Entre declarações um pouco impreparadas, eventualmente na tentativa de se procurar o responsável pela situação, o senhor Presidente da Câmara disse que a obra foi concluída mas que não estava pronta a funcionar e acrescentou que a estação de tratamento de água era para esquecer e que dificilmente a obra estaria em funcionamento pela



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

inexistência de condições financeiras e técnicas. Depois, o senhor Presidente da Câmara assumiu que não sabia qual o valor necessário para concluir a obra, acabando por fim atirando para o ar um montante a rondar o meio milhão de euros. O senhor deputado acrescentou que na mesma reportagem se ouviu depois declarações do senhor Ministro do Ambiente em que este se colocou literalmente de lado desta polémica e delegou totalmente para o senhor Presidente da Câmara a responsabilidade da definição das prioridades de investimento na água e no saneamento relativamente à verba que foi atribuída ao concelho, nomeadamente um milhão e setecentos e vinte e cinco Euros. Atendendo a esta existência de financiamento, questionou o senhor Presidente se vai assumir a obra realizada e colocá-la ao serviço da população, questionando também o que foi feito ao longo dos mais de oito anos de exercício como Presidente da Câmara para impedir os atos de vandalismo. -----

A deputada municipal Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras usou da palavra para referir que este executivo assumiu o setor social e solidário como uma das orientações principais da sua estratégia política, e bem, considerando os atuais contextos sociodemográficos que muito são também reflexos das suas opções políticas em matéria de desenvolvimento local. Mas também é certo que este executivo assumiu o turismo como uma das atividades económicas capaz de fazer alavancar a economia do concelho e neste sentido, e falando então de um setor em que facilmente este executivo dá dez a zero a qualquer proposta da oposição, o âmbito daquela que é a estratégia do atual executivo, deixou algumas questões. Primeiro: como é que reage este executivo, em oito anos de mandato, aos fracos resultados alcançados ao nível do tecido empresarial, no setor do turismo, ainda que contando com o apoio incondicional da entidade regional do turismo, apoio esse bem visível nas ações de promoção que têm sido desenvolvidas e que muito envolve os oitenta e seis municípios que integram o Porto e Norte de Portugal. Segundo: todos sabemos que o papel de uma autarquia deve focar-se na procura de estratégias que promovam a iniciativa privada, aquela que efetivamente pode gerar emprego. Neste sentido, questionou como é que é possível uma autarquia tentar afirmar-se na construção de uma estratégia turística quando na atual admissão de novos quadros profissionais desta autarquia não inclui a contratação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

de um técnico de turismo, nem tão pouco se organiza no sentido de criar uma equipa multidisciplinar de trabalho permanente para a implementação de uma estratégia que já referiu existir em outros cenários. Terceiro: assistimos agora à cooperação multisectorial, embora tardia, mas louvável e nesse sentido perguntou como fica a estratégia intermunicipal uma vez que, em matéria de turismo, assim como noutros setores, está mais do que provado que sem escala não temos competitividade. Quarto: ao nível das infraestruturas e considerando as últimas informações que fizeram chegar, perguntou para quando a resolução jurídica da Casa de produtos Tradicionais da Senhora da Graça e se o senhor Presidente da Câmara tinha alguma informação relativamente a este ponto. Relativamente à Casa da Igreja que tem sido discutida bastantes vezes nesta Assembleia, e não optando pela sua venda, evitando o escândalo de ter de pagar 20% à empresa envolvida no processo, questionou o senhor Presidente se tinha ideia de que uso queria dar àquele valioso património público? Sexto: a candidatura das Fisgas de Ermelo a património da Unesco: perguntou sobre o ponto de situação da atual candidatura e qual é a opinião do senhor Presidente relativamente às hipóteses de êxito desta candidatura uma vez que a mesma já foi chumbada uma vez. Referiu que os casos apontados constituem apenas peças fundamentais no desenvolvimento turístico e cultural do concelho, assumidas como fundamentais pelo executivo para o desenvolvimento de Mondim pelo que entende que as respostas têm de ser pois precisas e concisas para o bom desenvolvimento de Mondim de basto, lembrando que alguns destes assuntos se arrastam há anos, inclusive ao longo dos oito anos de mandato socialista. -----

O deputado municipal Torcato Jorge Mota Queirós de Moura usou da palavra para dizer que, como mondinense que é, e acima de tudo porque é membro desta Assembleia como deputado eleito, compete-lhe aqui dizer e informar o que neste concelho de Mondim de Basto está bem, está mal ou o que podemos melhorar na população de Mondim de Basto. Referiu que iria falar nas vias de circulação., questionando o executivo camarário, na pessoa do senhor Presidente da Câmara, o seguinte: circulamos todos os dias nas várias vias do concelho e deparamos que a maioria das mesmas se encontram degradadas e em muito mau estado, apresentando



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

sinais visíveis de quem não tem por prioridade a manutenção e recuperação das mesmas. Será necessário fazer-se uma prova regional municipal de bicicleta para se ver corrigida tal situação ou esperar a Volta a Portugal, na mesma modalidade, que chega apenas em agosto, e que passa no concelho de Mondim de Basto? Deu como exemplo a estrada de Mondim – Atei; Paço-Ermelo; Ermelo-Fervença; no Bilhó são várias as artérias e vias em mau estado, e até dentro da própria vila, é pois uma necessidade que se impõe corrigir e efetuar obras de restauro e melhoramento nas vias de acesso ao Centro Escolar. No Pousadouro, há uma questão a colocar: haverá ou não possibilidade de alargar a via de acesso a todas as habitações para que possa circular um veículo prioritário, situação que já vem sendo sinalizada e rebatida por este executivo em altura de eleições: a promessa fica e a obra bem fica por fazer. Relativamente à Escola Secundária questionou quando é que começam as obras? O que ficou por responder da parte deste executivo pois, à semelhança de concelhos vizinhos, as obras já iniciaram e vão de vento em pompa, à semelhança do que acontece na Escola Secundária de Celorico de Basto onde as obras já estão em curso. Queria perguntar também o que é que se passa com a Casa dos Produtos Tradicionais, pergunta que já foi colocada em Assembleia anterior, que se encontra no parque de Nossa Senhora da Graça, que serve ou serviu de estaleiro a obras da empresa que fez trabalhos para a instalação dos depósitos de água que quanto a nós, deputados desta Assembleia, provoca a maior poluição visual que poderia ser instalada no sopé do ex-libris que é o chamado Monte Farinha. A resposta que o senhor Presidente deu na Assembleia anterior era que tinham o processo em tribunal com o anterior arrendatário e que não poderiam fazer nada, mas pode então servir de estaleiro? Perguntou também porque é que ainda não foi dada resposta visível do que pretende o executivo fazer em relação à famosa Casa da Igreja. Posto isto, gostaria de fazer um apelo: será que não é interesse público que o Parque Florestal volte a ter vida como em tempos teve? Será que vamos ter em horário nobre, com abertura de telejornal, a pouca vergonha que lá é visível? Será que este executivo é alheio a este facto? -----

O senhor Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção para responder às questões colocadas. Começando pelas questões levantadas pelo senhor deputado Fernando Silva,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

e relativamente à questão dos precários, não sabe se o senhor deputado se deu conta mas entende que há uma incoerência na sua intervenção e na sua linha de argumentação porque diz que a Lei dos Precários não se aplica à Cooperativa Mondim Mais Social, o que é verdade. Mas é verdade que, se a contratação dos professores das AEG's fosse feita pela Câmara, nada garantia que as pessoas que fossem abrangidas são aquelas que estão na Cooperativa porque era um concurso a nível nacional. Entende que as intervenções têm de ter um grau de rigor que nos permita falar a mesma linguagem. O senhor deputado começou a sua intervenção dizendo que há pessoas e jovens de Mondim que estão a sair e depois disse que então era preciso que o regime dos precários abrangesse essas pessoas mas é que, se o concurso fosse um concurso pela Câmara e a nível nacional, estaríamos a falar provavelmente de outras pessoas e não de aquelas que o senhor deputado quer defender. E dera que também há outra questão que o senhor deputado não abordou na sua intervenção muito demagógica e que é bom colocar aqui: é que o regime dos precários não tem de abranger todas as situações; a lei diz que tem que abranger aquelas que são situações de necessidades permanentes do sistema. O facto de uma pessoa estar a trabalhar num organismo público numa situação de precaridade, isso não significa automaticamente que a pessoa seja abrangida pelo regime dos precários porque tem de haver uma necessidade permanente. Referiu que percebeu e todos aqui perceberam que o senhor deputado foi ali fazer um número de defensor das causas públicas. Esclareceu que o regime dos precários que a Câmara está a fazer, está a fazê-lo com rigor, cumprindo a Lei, e todas as situações que serão enquadradas no regime dos precários são situações que foram identificadas como necessidades permanentes. De seguida passou à segunda questão e que foi abordada por dois deputados municipais, a questão da reportagem da SIC. A primeira observação que fez é que parece que há gente de Mondim de Basto que gosta de ver a abertura dos telejornais pelos piores motivos. Felizmente, gosta de ver o seu concelho, a Câmara que preside, nos telejornais ou nas reportagens pelos bons motivos. Queria dizer apenas o seguinte e não irá acrescentar mais nada sobre aquilo que referiu na reportagem: aquela obra não foi pensada, não foi projetada e não foi executada por este executivo. Isso é perfeitamente claro: a obra remonta a 2003 uma parte, outra a 2004, os autos de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

medição foram feitos em 2008, aliás a placa que aparece na reportagem aparece como sendo inaugurada em 2008. Este executivo entrou aqui em 2009 e herdou esse problema. Relativamente ao senhor deputado Bruno Ferreira que também levantou esta questão, queria dizer que tendo sido o seu partido o responsável por essa obra, talvez fosse oportuno neste momento fazer uma reflexão no seio do seu partido: porque é que a obra foi feita, porque é que foi pensada e porque é que foi projetada daquela forma. Este executivo está perfeitamente confortável com a situação, investigue-se o que tiver que ser investigado, conclua-se o que tiver que se concluir. Reiterou o que disse na reportagem que esta obra não foi pensada, não foi projetada nem foi executada por este executivo. Relativamente à escola de Cavernelhe, desconhece o que é a clientela socialista e não iria responder porque isso já não era uma pergunta mas sim uma insinuação que fica com a pessoa que a fez. Relativamente à prevenção florestal de que o senhor deputado Bruno Ferreira falou, naturalmente que é uma preocupação a aplicação da Lei que está agora na comunicação social de uma forma muito presente e que obriga os proprietários em zonas rurais a fazer o corte da floresta e dos matos. A Câmara fez aquilo que é público e até fez mais cedo do que muitos municípios. Logo no início do ano reunimos a Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios, enviamos um flyer para todas as habitações. Temos como adquirido que o grau de informação que chegou às pessoas é suficiente e que a mensagem que passou foi eficaz. Agora se pergunta o que vai acontecer no dia 15 de março obviamente que não depende apenas da Câmara. Pensa que toda a gente tem consciência que vai ser muito difícil cortar aquilo que está previsto na Lei, nomeadamente a questão das faixas nas vias municipais, dez metros para cada lado, não há neste momento capacidade instalada para o fazer, não é possível fazer num mês aquilo que não se fez durante décadas, mas naturalmente que a Câmara não se irá demitir nem do cumprimento da Lei nem daquilo que são as suas responsabilidades. Agradeceu a pergunta e deixou aqui a disponibilidade da Câmara e o empenhamento no sentido do cumprimento da Lei naquilo que é possível. Não pode garantir que do dia 15 de março ao dia 30 de maio a Câmara tenha condições para fazer essa limpeza, mas não sendo possível fazer tudo, será feito aquilo que é mais prioritário. É isso que a Câmara tem intenção de fazer e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

presume que é um pouco aquilo que os outros municípios estão a fazer também na impossibilidade de fazer tudo ao mesmo tempo. Relativamente ao regulamento que o senhor deputado falou referiu que o regulamento foi aprovado em reunião de Câmara, está em período de discussão pública, depois irá novamente à Câmara e só depois é que virá à Assembleia Municipal. O facto de não ter vindo à Assembleia não foi devido ao facto de nenhum descuido, decorre apenas da aplicação da Lei e do procedimento habitual. Mas isto não tem nada a ver com a questão dos terrenos florestais. É o regulamento para aplicar em solos urbanos que não estão previstos nesta legislação. Não há atraso nenhum nem prejudica em nada esta estratégia de limpeza de terrenos. Relativamente ao Pinhal da Telha, há um projeto que está aprovado, a Câmara está a tentar encontrar uma solução para desencadear o procedimento. Há uma despesa que está associada a esse investimento, a essa urbanização, e nós não conseguimos acomodar no orçamento essa despesa. Relativamente à intervenção da senhora deputada Ângela Figueiras, quando fala em fracos resultados em Mondim, desconhece onde é que a senhora deputada foi buscar o resultado. É uma perceção sua, tem algum número? O que lhe pode dizer é que muito recentemente houve um grande investimento em Mondim de Basto que foi a ampliação do Hotel e, curiosamente, os únicos que votaram contra o investimento foram os do seu partido. Quanto aos fracos resultados, nós comparamos muito bem com os concelhos vizinhos, aliás temos uma capacidade hoteleira superior aos municípios vizinhos. Em termos de investimento turístico é seguramente o município da região de Basto que tem mais investimento aprovado em termos de candidaturas. Relativamente à Casa dos produtos Tradicionais, esta está em Tribunal porque o proprietário, que aliás também aparece na reportagem da SIC, deve vinte e cinco meses à Câmara. Aliás esta informação vem na informação do executivo que foi enviada com a documentação. A senhora deputada falou também no escândalo dos 20% e isto também não é verdade. É bom que quando façam este tipo de afirmações, se não sabem perguntam, porque não é possível virem falar aqui de coisas que não são verdade. Esses 20% estavam num contrato que terminou no dia 31 de dezembro de 2017. Nesta data não há nenhum risco da Câmara pagar 20%. Referiu que iria explicar novamente que esse pagamento dos 20% era, no caso de a Casa da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Igreja ser vendida, a Câmara tinha uma comissão que era atribuída à empresa, e se a Casa da Igreja fosse vendida por mais de um milhão de euros. Não percebe porque é que a senhora deputada vem aqui dizer que escândalo porque a Câmara poderá ter que devolver 20% pois não devolve nada pois o contrato que citou já não está em vigor. Espera que esta questão não volte aqui. Sobre a intervenção do senhor deputado Torcato de Moura quando disse a maior parte das vias municipais estão degradadas, a pergunta que lhe faz é: quantos quilómetros de estrada é que o concelho tem? Quantas vias municipais estão degradadas? O senhor deputado não sabe: atirou um número para o ar. Referiu que se o município tiver duzentos quilómetros de vias municipais e se cento e cinquenta estiverem degradadas, são muitas, mas não é o caso pois a maioria das vias municipais está em bom estado, algumas vias municipais é que estão degradadas e este executivo sabe quais são. Elas estão identificadas e serão intervencionadas quando for possível intervir e dentro daquilo que é a capacidade financeira do município. Obviamente que se não são intervencionadas é porque não há financiamento para o fazer. Quanto aos depósitos da Senhora da Graça e na referida poluição visual deve dizer que lhe custa ouvir isso. Estão sempre a falar que é preciso melhorar o abastecimento de água e quando se metem dois depósitos na entrada da Senhora da Graça vêm logo criticar. É preciso ter noção das coisas e alguma contenção na linguagem porque numa ou noutra questão até podem ter razão mas, às vezes, da forma como dizem perdem a razão toda. -----

O deputado municipal Fernando Avelino Oliveira Silva usou da palavra para dizer que relativamente à questão dos precários gostaria de deixar uma questão ao senhor Presidente da Câmara que gostaria de ver esclarecida. O senhor Presidente defende que a Cooperativa Mondim Mais Social tenha como único e exclusivo serviço contratar professores? Relativamente à questão da reportagem gostava de deixar duas situações. Apesar de não ter sido iniciada no seu mandato, recordou que o senhor Presidente era vereador na altura pelo que também tem responsabilidades. E se a situação surgiu ela já se arrasta aos anos mas que considera que o mais grave da sua afirmação não é isto. O mais grave é que se a obra é do executivo anterior porque é que o atual fez obras e tentou colocá-la em funcionamento? Relativamente ao Hotel, também não é verdade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

aquilo que o senhor Presidente diz porque o CDS-PP não votou contra o investimento, votou foi contra os moldes em como o negócio do Hotel foi feito de forma ruínosa. ---

O deputado municipal Bruno Miguel de Moura Ferreira usou da palavra para dizer que a primeira nota que deixou sobre o regulamento da limpeza de terrenos em solo urbano era precisamente para que fosse esclarecido de que forma ela se enquadrava com a estratégia de intervenção de incêndios. Obviamente que o trâmite nunca foi colocado em causa. Para não termos o município na televisão pelas piores razões, contribui e muito que cada um assuma a sua responsabilidade, e o facto do senhor Presidente vir afirmar que a responsabilidade da execução da obra é do executivo anterior ao seu, confessa que, não tendo dado uma resposta cabal na reportagem, e sabendo à partida que o assunto seria abordado, esperava que o fizesse perante esta Assembleia. Da mesma forma que se o senhor Presidente realizar uma obra no seu mandato será responsável pela mesma obra. O que se deve colocar em causa é o que é que foi feito ao longo destes anos todos e questionou diretamente o senhor Presidente no sentido de saber se entende que representou os mondinenses e o seu património, com as ações que fez ou que deixou de fazer, e se de alguma forma dignificou o cargo que ocupa há mais de oito anos. -----

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder a duas questões. Relativamente à questão de dignificar o cargo, acha que o tem dignificado bem e recordou-lhe que, ainda não vai há muito tempo, houve eleições e todos sabem quais foram os resultados, pelo que está em crer que os mondinenses, como inteligentes que são e sensatos, não teriam atribuído uma votação como atribuíram num Presidente de Câmara que não representasse bem o concelho. Sabe que isto custa a ouvir e também não estava a contar em dizê-lo. Acha que representa muito bem e dignifica o concelho. Relativamente ao senhor deputado Fernando Silva quando fala sobre a questão do Hotel, lançou-lhe um desafio: explique porque é que o investimento do Hotel foi ruínoso para toda a gente perceber e para o senhor explicar porque é que votaram contra e porque é que o negócio foi ruínoso quando tem lá praticamente o dobro das pessoas, mais trabalhadores e mais turistas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O deputado municipal Fernando Avelino Oliveira Silva usou da palavra para reiterar aquilo que disse que foi o seguinte: enquanto investimento, o CDS não era contra o investimento; o CDS votou contra os moldes em que o negócio foi feito. -----

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que ficou claro que o negócio é tão ruinoso que o senhor deputado não consegue explicar porque é que é ruinoso. Portanto é tão ruinoso que tem mais de trinta quartos e o hotel cheio. Era bom que se comparasse com outros concelhos vizinhos e ver as condições de cedência em outros territórios para se fazer a comparação. -----

1.2 - Correspondência recebida e enviada pela Assembleia Municipal -----

De seguida, pelo Senhor Presidente da Mesa, Valentim Carvalho Macedo, foi presente a correspondência recebida e enviada. -----

2-Ordem do dia -----

2.1- Aprovação da ata da reunião de 7 de dezembro de 2017 -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para informar que tinham sido detetadas algumas falhas na ata que teriam que ser corrigidas, falhas de texto. -----

O Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da ata da reunião de 7 de dezembro de 2017 que foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão em causa. -----

2.2- Aprovação da ata da reunião de 13 de janeiro de 2018 -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da ata da reunião de 13 de janeiro de 2018 que foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão em causa. -----

2.3- Informação da DGAL – Alerta precoce de desvios -----

Não havendo intervenções, foi deliberado tomar conhecimento da Informação da DGAL. -----

2.4- Alteração e atualização do Mapa de Pessoal -----

O deputado municipal Bruno Miguel de Moura Ferreira usou da palavra para dizer que, tal como é referido no documento, o empregador público deve planear cada exercício orçamental e o respetivo mapa de pessoal. É um pouco estranho que, poucos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

meses depois de terem aprovado o orçamento para 2018, lhes seja apresentada esta proposta quando poderia ter sido feita no mapa anterior. Portanto a primeira questão que coloca é se não deveria ser resultante de um planeamento. É referido na proposta que três dos quatro lugares de técnicos superiores são para dar resposta aos objetivos previstos na Candidatura Mais Escola Mais Sucesso pelo que questionou qual é a data de início do projeto e qual a sua duração. Questionou também que tarefas irão desempenhar esses técnicos após o término do projeto. Com a criação destes seis postos de trabalho, questionou também se o quadro de pessoal fica com as suas necessidades resolvidas. Se não, porque não foi feita ou dada prioridade a essas necessidades? Questionou ainda se vamos ver reduzida a despesa com as prestações de serviços. -----

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que relativamente a estes três lugares que estão relacionados com a candidatura não está em condições de responder face à ausência da senhora Vereadora mas que podia informar sobre a duração que julga ser de três anos. Para responder à pergunta porque é que não foi prevista no orçamento há uns meses atrás, presume que na altura provavelmente a candidatura não estava aprovada e julga que houve também uma reflexão interna sobre a forma de contratação. Demorou-se algum tempo a escolher a via que pareceu mais adequada para reforçar esta necessidade. Para responder à questão se a Câmara irá reforçar o quadro de pessoal a resposta é sim. Para termos uma ideia, em 30/06/2010 a Câmara tinha 170 trabalhadores. Em 31/12/2017 a Câmara tem 131 trabalhadores. Ou seja, a Câmara deixou de ter ao seu serviço 39 funcionários. Facilmente se percebe que não é possível fazer o mesmo trabalho pelo que a Câmara irá nos próximos tempos reforçar o quadro de pessoal. Se perguntar porque é que se vai fazer gradualmente a resposta é porque há a questão orçamental. As prioridades e os objetivos do executivo não podem ser acomodados de repente e de uma só vez no orçamento. Iremos fazê-lo à medida das necessidades da Câmara e de acordo com o orçamento com pessoal. A questão do regime excecional dos precários é uma questão que não estava prevista e que tivemos de fazer agora e que não decorre de nenhuma opção do executivo, decorre apenas da aplicação da Lei. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Alteração e atualização do Mapa de Pessoal que foi aprovada por maioria com catorze votos a favor e seis abstenções.** -----

2.5- Aprovação da Tarifa Social relativa à prestação dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais -----

O deputado municipal Fernando Avelino Oliveira Silva usou da palavra para dizer que entende que hoje está muito em voga as tarifas sociais na água, no gás, mas a seu ver e na sua perspetiva esta é uma bandeira com muito pouco significado no nosso concelho até porque a maior parte, ou uma parte sensível do nosso concelho, não paga água. A seu ver, e deixava esta questão, na tarifa social o que vê é que esta tem um grande pecado que é não estabelecer o limite mínimo por metro cúbico para o consumo doméstico pelo que pode imaginar que quem possa usufruir desta tarifa possa regar as hortas ou até mesmo tomar banhos de imersão quando bem lhe apetecer. A questão para si central quando falamos em água não é a tarifa social. A questão quando falamos em água é que há partes do concelho que em certos períodos do ano não têm água. -----

O deputado municipal Bruno Miguel de Moura Ferreira usou da palavra para dizer que ao abrigo de uma tarifa social é-lhes apresentada a criação de um novo imposto, ou seja, a criação de uma tarifa fixa que veio acrescentar ao aumento de 10% do tarifário. Contrariamente ao que é sugerido no título da proposta o munícipe que seja abrangido por esta tarifa social não vai pagar menos na fatura de água relativamente àquilo que paga hoje porque, no fundo, vai ter um desconto num imposto que não existia que é a tarifa fixa. Queria também chamar a atenção para o facto de na informação que lhes foi entregue constar que o tarifário proposto pelo município para 2018 ainda não tinha tido um parecer por parte da entidade reguladora – ERSAR – pelo que questionou se entretanto já receberam esse parecer. -----

O senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao senhor Vereador Paulo Mota para responder às questões colocadas sobre este ponto da ordem de trabalhos. O senhor Vereador Paulo Mota usou da palavra para responder, em primeiro lugar, à questão colocada pelo senhor deputado Fernando Silva relativamente ao limite mínimo de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

consumo, considerando que deve haver alguma confusão pois a tarifa social não incide sobre o consumo, incidindo exclusivamente sobre a tarifa fixa. Portanto quem usufruir desta tarifa social ficará isento da tarifa fixa, aliás como é recomendado pela ERSAR. Para responder ao senhor deputado Bruno Ferreira, referiu que é verdade que esta tarifa fixa é nova, já estava prevista no Regulamento desde que ele foi aprovado sem nunca ter sido colocada em prática mas também surge porque ela é uma tarifa recomendada e o facto de nós não cumprirmos até aqui esta recomendação da ERSAR tem prejudicado o município, nomeadamente quando somos avaliados para aceder a fundos comunitários. É necessário encontrar aqui um equilíbrio entre aquilo que são as recomendações da ERSAR, e mesmo com a aplicação desta tarifa fixa é importante que se diga que nós ficamos aquém daquilo que são as recomendações da ERSAR, e manter um preço acessível para toda a gente. -----

Não havendo mais intervenções, **o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Aprovação da Tarifa Social relativa à prestação dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais que foi aprovada por maioria com catorze votos a favor, três votos contra e três abstenções.** -----

2.6- Aprovação da anulação da atribuição da eficácia retroativa do Regulamento de Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais-----

A deputada municipal Maria Altina da Costa Carvalho usou da palavra para dizer que lamentavelmente estamos perante uma situação inevitável que resultou do recebimento indevido do município de uma taxa com prejuízo para a população pelo que questionou qual é o valor total dessa devolução em causa e para quando é que está prevista essa mesma devolução. -----

O deputado municipal Fernando Avelino Oliveira Silva usou da palavra para dizer que recordava perfeitamente o dia em que foi aprovado em regulamento esta situação e recordou que o senhor deputado Fernando Gomes chamou a atenção para as ilegalidades que estavam afetas a esta situação e isto foi objeto de chacota por parte de alguém. Por isso, não pode deixar de assinalar que os deputados votaram uma proposta que hoje querem revogar. Isto é muito significativo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que não sabia se o público tinha noção daquilo de que se estava a falar, sobretudo relativamente à última intervenção, pois fica-se com a ideia que isto é uma coisa de lesar a pátria. Vamos falar as coisas como elas devem ser faladas. O que aconteceu foi um erro processual. A Câmara aprovou o regulamento em reunião de Câmara em que tomou a opção política, assumida e definida, de aumentar a água durante os meses de verão para dissuadir o consumo. Uns concordaram, outros não. O que aconteceu foi que esse regulamento, por lapso dos serviços, não foi enviado para publicação e a Câmara começou a cobrar esse aumento sem o regulamento ter sido publicado. Foi um erro. E o CDS-PP, mais um processo em Tribunal, ao qual o Juiz deu razão e disse que a Câmara não deveria ter cobrado naquele ano. O regulamento está em vigor e não há aqui nenhum pagamento indevido. O Juiz considerou que de facto houve um erro e que a Câmara não devia ter cobrado naquele período. E agora será devolvido às pessoas, isto dará no máximo um euro por consumidor, e será feito de forma automática. Acha que esta história tem um final feliz para aqueles que acham que em tantos processos ganharam um. Foi um erro processual da Câmara que foi admitido e assumido mas o regulamento está em vigor e não foi cometida nenhuma ilegalidade. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Aprovação da anulação da atribuição da eficácia retroativa do Regulamento de Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais que foi aprovada por maioria com catorze votos a favor, três votos contra e três abstenções.** -----

2.7- Aprovação da minuta de Protocolo Especifico – Projeto de Desenvolvimento Regional – a celebrar entre a EDP, o Município de Mondim de Basto e a União de Freguesias de Campanhó e Paradança -----

O deputado municipal Fernando Avelino Oliveira Silva usou da palavra dizer que relativamente a este protocolo lamentava que os projetos de desenvolvimento regional do executivo socialista em Mondim de Basto se reduzam à beneficiação de largos de igrejas. E concluiu: sem dúvida que esta proposta espelha bem a limitação de horizontes socialistas em Mondim de Basto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O deputado municipal Bruno Miguel de Moura Ferreira usou da palavra para dizer que o município encontrou na EDP uma forma de antecipação de receita ao abrigo do pressuposto desenvolvimento regional. Não obstante da importância do arranjo e beneficiação do largo envolvente da igreja da União de Freguesias de Campanhó e Paradança, enquadrar esta obra no âmbito do desenvolvimento regional abre um precedente a que outras obras, com igual ou maior impacto no desenvolvimento regional, sejam também elas executadas. Portanto, caso assim não seja, questionou o senhor Presidente se considera efetivamente que a execução desta obra seja prioritária para o desenvolvimento regional de acordo, obviamente, com o valor disponível. -----

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que relativamente a este protocolo, o financiamento não tem impacto direto no orçamento. Mas há uma questão que gostaria de partilhar com os senhores deputados. Está aqui há oito anos e está farto de ouvir aqui dizer que não se investe nas aldeias, sem considerar esse desprezo pelos largos das igrejas. Se beneficiar o arranjo numa praça de uma freguesia não é desenvolvimento regional, então o que é? O Termo desenvolvimento regional é um conceito que é aplicado no protocolo com a EDP para validar projetos que o município considera importantes e, aqui há uns meses atrás, quando a Câmara recebeu oitocentos mil Euros e que quatrocentos mil Euros estão consignados para projetos como a Casa da Cultura, a Escola, isso também é desenvolvimento regional. Porque é que o largo de Paradança não é importante ou outras obras que se vierem a fazer em Vilar de Ferreiros, em Ermelo, no Bilhó, em Atei ou nos outros sítios? Só é importante o que se faz aqui na vila? O desenvolvimento regional é assim um conceito muito chique, muito urbano? Se for feito na vila é desenvolvimento regional, se for um largo em Paradança já não é desenvolvimento regional? Para o tal executivo socialista que os senhores muito gostam de desprezar, desenvolvimento regional é tudo aquilo que é feito em benefício das pessoas, seja em Paradança, em Vilar de Ferreiros, em Vilarinho, junto a uma igreja, num campo de futebol, tudo o que seja para felicidade das pessoas e para bem-estar é desenvolvimento regional. Esse é o nosso conceito e talvez por isso nós, nestas três últimas eleições, ganhamos as eleições e vocês perderam. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O deputado municipal Bruno Miguel de Moura Ferreira usou da palavra para referir que crê que em nenhuma intervenção foi posto em causa se a obra seria importante ou não, eventualmente o que foi posto em causa foi a forma como foi escolhida a realização desta obra. E o que o senhor Presidente não respondeu é se a partir deste modelo se há ou não condições para a realização de outras obras, de igual ou maior impacto de desenvolvimento regional como esta, e portanto se há ou não condições para usarmos o mesmo modelo para outro tipo de desenvolvimento regional. -----

A deputada municipal Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras usou da palavra para dizer que abordando o conceito de desenvolvimento regional, aproveitava para perguntar ao senhor Presidente porque é que deixou fugir uma candidatura no âmbito do turismo acessível em 2017, sendo que uma candidatura a este tipo de financiamento dava-lhe o conforto suficiente para beneficiar todos os adros das igrejas, todas as vias de acesso, no âmbito de um projeto de enquadramento regional. -----

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões colocadas. À questão colocada pelo senhor deputado Bruno Ferreira se se deve replicar noutras freguesias, a resposta é sim. Em relação à intervenção da senhora deputada Ângela Figueiras, informou que foi submetida uma candidatura Melhoria das Condições de Visitação do Miradouro das Fisgas de Ermelo (duzentos e oito Euros) que está à espera de ser aprovada. Não é num adro de uma igreja mas é num dos sítios mais emblemáticos do concelho. Isto é informação pública e está no site da Câmara. -----

Não havendo mais intervenções, **o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Aprovação da minuta de Protocolo Especifico – Projeto de Desenvolvimento Regional – a celebrar entre a EDP, o Município de Mondim de Basto e a União de Freguesias de Campanhó e Paradança que foi aprovada por unanimidade.** -----

2.8- Adesão ao Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo do Vale do Ave / Tribunal Arbitral -----

O deputado municipal Alfredo Manuel Lopes Pinto Coelho Mendonça iniciou a sua intervenção no sentido de esta ser uma atitude construtiva e não de crítica. Será benéfico ou não para Mondim de Basto estes centros de arbitragem? Pensa que sim e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

irá votar favoravelmente esta questão. A questão é saber se isto terá alguma aplicação prática no nosso concelho. Nós temos este tipo de tribunal que se aplica aos pequenos conflitos de consumo, até os próprios conflitos que possam existir com a Câmara pois a Câmara também é prestadora de serviços, nomeadamente com as telecomunicações, está muito em voga o direito do consumo, os portugueses têm muita sensibilidade para isso e muito bem. Agora o custo/benefício dos tribunais de consumo de conflito e de arbitragem, que são extrajudiciais, não são obrigatórios, é razoável, são mais rápidos e com menos burocracia e formalismo, não é obrigatória a intervenção de advogados, e a pouca morosidade na resolução destes conflitos faz com que ache que os mondinenses devem aderir a este tipo de resolução. A questão que se põe aqui é a distância. Este tipo de tribunais de conflito é limitado pelo que a pergunta que se põe é esta: se as resoluções destes conflitos são de pequeno valor é para as pessoas pouparem dinheiro e imaginem o trabalho que dá a um mondinense ir daqui a Guimarães para resolver um assunto com as telecomunicações de cem ou duzentos euros e gastar um dia de trabalho mais as despesas de deslocação. Pensa que infelizmente este tipo de adesão é benéfico mas que os governantes não pensam no interior e que deveriam localizar um tribunal deste tipo ou um centro de arbitragem na região. Pensa que apesar de benéfica, esta adesão não terá muita eficácia e não irão os mondinenses recorrer mas o futuro o dirá, restando esperar. -----

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que o objetivo é resolver alguns conflitos e tirá-los dos tribunais mas a informação que tem é que as pessoas não têm de se deslocar a Guimarães. Aliás existe a intenção de criar aqui um centro de arbitragem de conflitos num serviço da Câmara para centralizar esse atendimento e fazer o encaminhamento das situações para o Centro de Arbitragem. Foi nesse pressuposto que aderimos e esses conflitos serão resolvidos na Câmara sem deslocação a Guimarães. -----

Não havendo mais intervenções, **o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Aprovação da Adesão ao Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo do Vale do Ave / Tribunal Arbitral que foi aprovada por unanimidade.**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

2.9- Reconhecimento do interesse público municipal na regularização de atividade extrativa – Granitos Senhora da Graça, Lda. -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa, Valentim Carvalho Macedo, colocou à votação a aprovação do Reconhecimento do interesse público municipal na regularização de atividade extrativa que foi aprovada por unanimidade. -----

2.10- Reconhecimento do interesse público municipal na regularização de atividade extrativa – Norberto Teixeira Rodrigues -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa, Valentim Carvalho Macedo, colocou à votação a aprovação do Reconhecimento do interesse público municipal na regularização de atividade extrativa que foi aprovada por unanimidade. -----

2.11- Relatório Semestral dos benefícios concedidos aos Bombeiros Voluntários de Mondim de Basto -----

Não havendo intervenções, foi **deliberado tomar conhecimento do Relatório Semestral dos benefícios concedidos aos Bombeiros Voluntários de Mondim de Basto.**-----

2.12- Relatório Semestral de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro -----

O deputado municipal Bruno Miguel de Moura Ferreira usou da palavra para colocar algumas questões que gostaria de ver esclarecidas, nomeadamente o que é que justifica o aumento para o dobro da despesa de seguro relativamente ao ano anterior. Verifica também que no espaço de um ano o prazo médio de pagamento a fornecedores passou de seis para treze dias pelo que questiona o que é que justifica este aumento para mais do dobro. Em relação ao quadro de pessoal, no espaço de um ano houve a redução de um trabalhador, no entanto constata-se no documento que de um ano para o outro houve um aumento de 10% com a despesa com pessoal, um aumento de 51% de despesa com contratos de prestação de serviços e o triplo do aumento das horas extraordinárias e ajudas de custo. Portanto quando veem só reduzido um colaborador



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

pergunta qual a justificação para o aumento deste quadro de pessoal em termos de despesas. -----

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder que relativamente aos seguros este aumento provavelmente tem a ver com o novo contrato, mais apólices. O mercado é dinâmico pelo que poderá ter havido aumento do preço. Relativamente à questão porque é que só diminui um funcionário isso é aplicação da Lei e resulta das regras da aposentação. Relativamente ao aumento de despesas com pessoal, pensa que terá a ver com a devolução de rendimentos decorrente da atualização dos vencimentos e isso tem naturalmente uma implicação no orçamento da Câmara. Quanto às horas extraordinárias, a Câmara começou a ficar com menos recursos de pessoal e tem optado nalgumas situações muito concretas que são identificadas e que são devidamente validadas pelo chefe de divisão, essas necessidades muitas vezes para além do tempo do horário normal de trabalho, essas horas têm que ser contabilizadas e começamos a fazê-lo e isso tem implicações. Esses valores aparecem no relatório: essas questões resultam do interesse da autarquia e estão devidamente enquadradas na Lei. –

Não havendo mais intervenções, foi **deliberado tomar conhecimento do Relatório Semestral de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro.--**
2.13- Apresentação do Relatório Anual de Avaliação de Atividade da CPCJ no Ano de 2017 -----

O deputado municipal Bruno Miguel de Moura Ferreira usou da palavra para colocar duas questões que eventualmente poderiam ter ficado respondidas com uma apresentação curta do plano. No relatório é referido que o plano teve uma taxa de concretização entre 50 a 75 por cento. A questão é quais os fatores que permitiram que a taxa de execução não fosse superior. É também referido a inexistência de um plano local de promoção dos direitos das crianças pelo que questionou se está prevista a criação desse plano. -----

A senhora Vereadora Teresa de Jesus Tuna Rabiço usou da palavra para responder às questões colocadas pelo senhor deputado Bruno Ferreira, Relativamente à questão sobre a taxa de concretização de 75%. Considera que foi boa. Se fosse a vinte ou a 30 por cento seria pena. Por muito que a Comissão queira resolver todos os problemas,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

não consegue porque existem situações em que nem a escola consegue na primeira linha, nem a saúde consegue nem a comissão consegue, infelizmente, e depois vai para o Ministério Público e às vezes nem este consegue. O caso do abandono escolar, por exemplo, quando nos chegam jovens com 16 ou 17 anos por abandono escolar, a escola já tentou fazer de tudo e não conseguiu, e este assunto chega à Comissão e esta tenta em acordo com os pais tentar fazê-los voltar mas muitas vezes não se consegue e a Lei diz que se deve enviar para o Ministério Público. Sobre o plano local de promoção dos direitos das crianças, a comissão está a apostar na formação dos pais, dando como exemplo a formação que decorreu sobre parentalidade. -----

O deputado municipal Fernando Avelino Oliveira Silva usou da palavra para perguntar se, sabendo das dificuldades que o concelho tem ao nível social, e porque é preciso trabalhar com pessoas que nesta área tenham formação, perante alguns técnicos superiores que foram ligados a uma área, não faria jeito, sendo uma área prioritária onde o concelho tem de alguma forma um índice importante de incidência, ter um técnico superior ligado a esta área? -----

A senhora Vereadora Teresa de Jesus Tuna Rabiço usou da palavra para responder que na Comissão de Proteção de Menores está presente a técnica da Segurança Social, estão representantes da autarquia, da saúde, da escola., a Santa Casa da Misericórdia. Todos os parceiros de primeira linha se reúnem. Infelizmente, a sinalização dos problemas é feita, a dificuldade está em resolvê-los. Que ninguém acredite que a colocação de um técnico resolve o problema, pode ajudar a encaminhar, mas não resolve. Há um interesse muito grande de todos os parceiros. -----

2.14- Informação do Executivo -----

O deputado municipal Bruno Miguel de Moura Ferreira usou da palavra para questionar que no mapa de adjudicações consta um contrato de 32.000 Euros mais IVA para a elaboração de estudos de viabilidade económica e financeira para candidaturas. A questão que coloca é a que candidaturas é que este contrato se refere. -----

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para esclarecer que o município preparou e submeteu candidaturas para saneamento básico de quatro milhões de euros e a informação técnica que tem é que todas as candidaturas que sejam superiores a um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

milhão de euros têm que ser acompanhadas de um estudo técnico de viabilidade económica e financeira. Sem esse estudo as candidaturas não serão aprovadas daí esse valor que o senhor deputado referiu. Acrescentou que em caso de aprovação esse valor é financiado a 85%. -----

2.15- Declarações de compromissos e declarações de pagamentos e recebimentos em atraso -----

Não havendo intervenções, foi **deliberado tomar conhecimento das Declarações de compromissos e declarações de pagamentos e recebimentos em atraso.**-----

2.16- Intervenção do Público -----

Apesar de não se ter inscrito no início da reunião, foi autorizada a intervenção do cidadão António Carlindo que se apresentou na qualidade de empresário proprietário de vários ginásios. Referiu que tinha feito uma prospeção de mercado em Mondim de Basto e em Celorico de Basto e que em Mondim a nível de infraestruturas se tornava difícil adequar as suas necessidades. Referiu que tinha solicitado autorização para fazer demonstração da atividade física desenvolvida pelo seu ginásio, pedido acolhido favoravelmente, mas que quando pediu, por motivos de condições climatéricas, um espaço indoor a resposta foi negativa. Pelo que solicitou uma audiência com o senhor Presidente da Câmara em que foi reiterada a negação do pedido, apesar de ter manifestado a sua intenção de pagar o que fosse devido, e tratando-se de uma demonstração gratuita à população de uma atividade física. No seguimento desta reunião, deslocou-se à Câmara e apresentou por escrito o pedido que, incrivelmente, foi deferido. Face ao sucedido, está aqui para agradecer esse deferimento mas também para dizer que a receptividade do município foi péssima. De tal forma que, aquilo que tinha direcionado para Mondim de Basto irá ser redirecionado para Baião por o município de Mondim de Basto não potencia a instalação de empresários de fora do concelho. -----

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para esclarecer que o senhor António Carlindo se dirigiu à Câmara e nunca colocou nenhum pedido de qualquer instalação da empresa em Mondim de Basto, o que pediu e foi autorizado foi a cedência do espaço mais nobre do concelho, em frente à Câmara, para fazer a demonstração da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

atividade física e a promoção do ginásio situado em Celorico de Basto. Nunca colocou na Câmara a instalação de uma empresa em Mondim de Basto pelo que não pode dizer que a Câmara de Mondim lhe colocou qualquer entrave. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO. -----

Tendo terminado as intervenções, **o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta das deliberações tomadas nesta reunião, tendo sido aprovada por unanimidade.** -----

Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a presente sessão, às vinte horas, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida na sessão de 27 de abril de 2018, e por estar conforme, foi aprovada e vai assinada pelo Senhor Presidente de Assembleia e pela funcionária Emília de Carvalho Gonçalves, designada para o efeito pela Autarquia, que a redigiu, para valer como tal. ---

